

PRAÇAS E JARDINS HISTÓRICOS DE SALVADOR: UMA PROPOSTA DE INVENTÁRIO

HISTORIC SQUARES AND GARDENS OF SALVADOR: AN INVENTORY'S PROPOSAL



Aline de Figueirôa Silva

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

aline.figueiroa@ufba.br



Calena Santana Trindade

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

calenast@ufba.br



Gabrielly de Almeida Ribeiro Bacelar

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

gbacelar@ufba.br



José Roberto Borges Batista Filho

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

joserbbf@ufba.br

1

Resumo

Este artigo tem como objetivo relatar o processo de documentação das praças e jardins públicos consolidados entre o final do século XIX e o início da década de 1950 na cidade de Salvador, a fim de contribuir para a identificação e a preservação do patrimônio paisagístico da capital baiana. A pesquisa se fundamenta no estudo de fontes primárias documentais; revisão bibliográfica sobre a história de Salvador, de seus processos de urbanização e espaços públicos, com especial referência à tese do geógrafo Milton Santos sobre o centro da cidade (1959); o Atlas Parcial de Salvador de 1955; cartas patrimoniais; catálogos de espaços públicos e inventários do patrimônio cultural; visitas de campo; além da produção de mapas e plantas baixas. O texto inicia-se com uma discussão acerca do inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural e a apresentação de um modelo elaborado para as praças e jardins históricos de Salvador; prossegue com um panorama acerca da paisagem do centro de Salvador, da qual fazem parte esses espaços livres; apresenta a Praça Castro Alves como estudo de caso e exemplo de aplicação da ficha de inventário proposta; e, por fim, traça algumas breves considerações.

Palavras-chave: Paisagem. Espaços Livres. Inventário. Patrimônio. Salvador

Abstract

This article aims to address the process of documenting the public squares and gardens laid out in the city of Salvador between the end of the 19th century and 1950, in order to contribute to the identification and preservation of the local landscape heritage. The research is based on the study of primary documentary sources, bibliographic review on the history of Salvador, its urbanization processes and public spaces, with a special reference to geographer Milton Santos' thesis on the city center (1959), and the city's map of 1955. The methodology also considers the analysis of heritage charters, catalogs of public spaces and cultural heritage inventories, and field visits, in addition to the production of maps and plans. The text begins by discussing the role of inventory as an instrument for preserving the cultural heritage, as well as presenting an inventory model designed for Salvador's historic squares and gardens. Next, it presents an overview of Salvador's downtown landscape, of which these open spaces are part. It then approaches Praça Castro Alves as a case study to which the proposed inventory sheet was applied, and briefly presents its final considerations.

Keywords: *Landscape. Open Spaces. Inventory. Heritage. Salvador.*

Inventário das praças e jardins de Salvador

Os espaços livres localizados no centro¹ de Salvador marcam, historicamente, a configuração da paisagem da cidade, articulados ao perfil natural do sítio físico e ao quadro de atividades e funções urbanas decorrentes da sua condição de capital do Brasil e da Bahia. São reflexo e vetor dos processos de crescimento e consolidação urbana e lócus de relações sociais, conectando-se a monumentos e conjuntos edificados, fluxos e dinâmicas que se revelam nas formas físicas da paisagem e seu conteúdo humano.

Apesar da sua importância na formação da paisagem de Salvador, espaços livres históricos como praças e jardins, estruturados ou consolidados desde a fundação da cidade, no século XVI, até os anos de 1950 – quando o centro conservava suas funções principais, apesar do paulatino abandono das classes ricas em direção às áreas de expansão, ao menos desde o século XIX – têm sido objeto de poucos trabalhos, estudos sistemáticos e processos de documentação.

Assim, a fim de investigar o papel que tiveram na configuração e nos modos de uso da cidade, registrar seus atributos patrimoniais e sua importância histórica e paisagística, bem como auxiliar o desenvolvimento de ações que visem à sua gestão e conservação, torna-se fundamental documentá-los e inventariá-los.

O inventário é um dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988). Exercendo importante papel na classificação e valorização de bens culturais, o inventário auxilia ações de identificação de bens materiais (como construções, conjuntos urbanos, praças, objetos escultóricos e outros) e imateriais (como festas, celebrações, ofícios e modos de expressão), considerando dados quantitativos, arquitetônicos, históricos, geográficos ou sociais.

No Brasil, há, contudo, uma lacuna em relação a procedimentos e trabalhos realizados destinados à documentação de espaços livres como praças, parques e jardins, a despeito da experiência e tradição do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no desenvolvimento de metodologias e aplicação de

¹ No texto, usa-se a palavra “centro” em referência ao conjunto de localidades, depois freguesias, que constituíam e constituem os antigos territórios da Cidade Alta (e sua expansão Sul) e da Cidade Baixa, com base no estudo de Milton Santos (1959). Portanto, a noção de “centro” não se confunde com a delimitação político-administrativa atual dos bairros de Salvador instituída por lei municipal (Salvador, 2017).

inventários voltados à proteção de diferentes objetos e categorias do patrimônio cultural brasileiro.

Cabe mencionar o Manual de Intervenções em Jardins Históricos (Delphim, 2005) e a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (Iphan, 2010), elaborados no âmbito do Iphan, enquanto instrumentos e referenciais específicos para a preservação de espaços verdes de valor patrimonial. Ao passo que o manual pontua a importância da identificação do bem cultural através de um levantamento completo que “gera uma consciência do que é o patrimônio, tornando-o parte integrante da sociedade atual” (Delphim, 2005, p. 25), a Carta de Juiz de Fora aponta que, “como forma de assegurar a defesa e salvaguarda, os jardins históricos devem ser objeto de acatamento legal, sob a forma de registros, inventários e tombamentos” (Iphan, 2010, p. 6).

Neste sentido, o conhecimento empírico, histórico e atual acerca da paisagem de Salvador e seus espaços livres públicos localizados no centro da cidade (Figura 1), bem como considerações conceituais e metodológicas acerca da noção de jardim histórico e seus processos de inventariação foram direcionados à elaboração de uma ficha para a sistematização das informações dos espaços estudados, resultando em um inventário preliminar das praças e jardins antigos mais significativos da cidade².

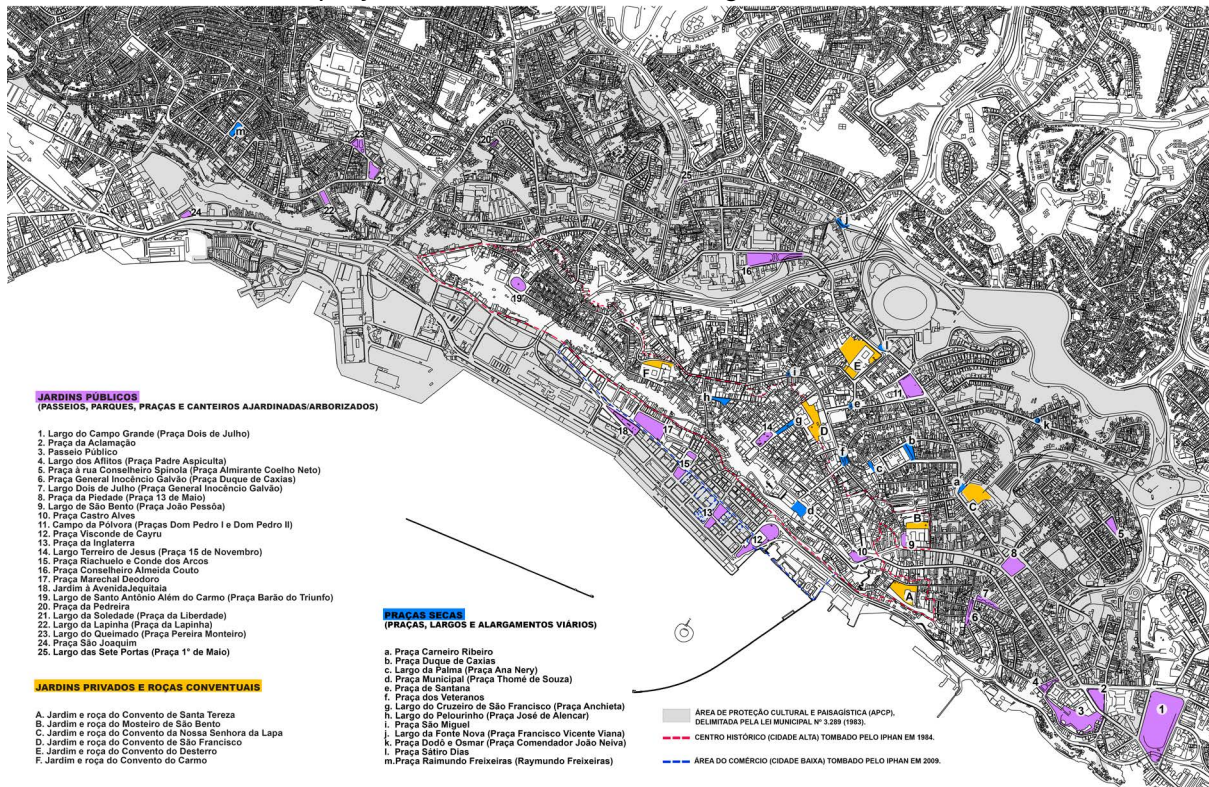
Como intuito de elaborar um inventário que se adequasse à realidade soteropolitana, foram identificadas e analisadas aproximadamente dez referências, brasileiras e internacionais, como artigos, livros, teses, leis, inventários, catálogos e cadastros de espaços livres de interesse histórico, a exemplo de praças, parques, passeios e jardins, entre os quais se destacam Cabrera (1999), Berjman (2001), Araújo (2006), Andrade (2009), Barbosa (2011), Magalhães (2015) e Sá Carneiro e Silva (2017).

Considerando os objetivos e o escopo desses trabalhos, bem como o conjunto dos espaços neles abordados, foram sistematizadas, sob a forma de fichas, as variáveis analisadas, como aspectos arquitetônicos e paisagísticos (traçado, vegetação, mobiliário, elementos artísticos e escultóricos, infraestrutura), dados históricos e atuais, entorno, condições de acesso e acessibilidade, usos, projetistas, legislação, entre outros, fornecendo subsídios acerca das especificidades de um inventário do

² No trabalho foram considerados espaços como praças e largos, que, quando ajardinados, eram frequentemente denominados de jardins públicos.

patrimônio paisagístico e permitindo a elaboração de um modelo aplicável aos logradouros de Salvador (Figura 2).

Figura 1 - Mapa dos espaços livres do centro de Salvador até os anos 1950, projetados sobre a base cartográfica atual.



Fonte: Mapa elaborado por Calena Santana Trindade.

Descrição da imagem: Mapa em tons de cinza com áreas destacadas em roxo, amarelo e azul indicando, respectivamente, os jardins públicos, jardins privados e roças conventuais, e praças secas no centro de Salvador. Cada área destacada é acompanhada por número ou letra, utilizados para identificar os logradouros em listas dispostas na parte inferior do mapa, à esquerda.

Para inventariar as praças e jardins históricos da cidade, foram inicialmente selecionados doze espaços ajardinados, a partir da amostra dos espaços livres inaugurados ou reformados nas áreas de ocupação mais antiga do centro de Salvador entre o final do século XIX e a primeira metade do XX.

Dentre esses doze logradouros, sete praças foram escolhidas para a realização do inventário preliminar, a saber: Praça do Campo Grande, Terreiro de Jesus, Largo de Santo Antônio Além do Carmo, Praça Castro Alves, Praça Visconde de Cairu, Praça Marechal Deodoro e Praça da Inglaterra, que se destacam pelos seus atributos arquitetônicos, paisagísticos e históricos.

Figura 2 - Modelo da ficha de inventário desenvolvido para as praças e jardins de Salvador.

MODELO DE FICHA DE INVENTÁRIO PRELIMINAR						
Projeto "Jardins públicos de Salvador: um estudo sobre os jardins históricos de interesse patrimonial"						
1. Identificação						
Nome do logradouro						
Outra(s) denominação(ões)						
Denominação(ões) antiga(s)						
2. Localização						
Bairro						
Vias adjacentes						
Orientação predominante						
Coordenadas geográficas						
3. Configuração espacial						
Forma						
Área						
Perímetro						
Topografia						
Altitude						
4. Descrição histórica						
5. Projetos e intervenções						
Ano/Período	Administração pública			Projetista		
6. Descrição atual						
Traçado e pavimentação						
Vegetação						
Fauna						
Equipamentos						
Elementos aquáticos						
Monumentos e Esculturas						
Sinalização						
Elementos de acessibilidade						
7. Usos e público usuário						
8. Entorno						
Uso do solo						
Nº de pavimentos das edificações adjacentes						
Marcos arquitetônicos						
Relações visuais						
9. Estado de conservação						
Condição geral	Bom		Regular		Ruim	
Descrição						
10. Proteção legal						
Autor(es) do preenchimento					Data	

Fonte: Ficha elaborada pelos autores.

Apesar de terem sido produzidas fichas individuais para cada um desses espaços, a concepção do inventário partiu de uma leitura da paisagem do centro de Salvador, da qual são constitutivos, nas suas múltiplas relações históricas, físicas, funcionais e visuais com o ambiente natural e edificado, conforme discutido a seguir.

A paisagem do centro de Salvador

Fundada como capital do Brasil em 1549, a cidade de Salvador foi organizada segundo o modelo urbanístico português, porém dividida por uma falha geológica em “dois níveis” ou “dois andares”, separados por cerca de 60 m (sessenta metros). Esta falha ou encosta é um dos traços distintivos da paisagem de Salvador, que articulou as principais funções urbanas – no topo da colina, a Cidade Alta, residencial, administrativa e religiosa, e, no sopé da colina, a Cidade Baixa, comercial e portuária (Figura 3).

Figura 3 – Panorama de Salvador, 1957, com destaque para as cidades Alta e Baixa vistas a partir da Baía de Todos os Santos, fotografia de Geraldo Lima.



Fonte: IBGE, 2023. ID: 32304. Título: Vista panorâmica da cidade: Elevador Lacerda: Salvador, BA. Autor da foto: Geraldo Lima, 1957.

Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco retratando uma vista panorâmica de Salvador, sua encosta e os dois níveis que estruturam a cidade (Cidade Alta e Cidade Baixa) a partir da Baía de Todos os Santos.

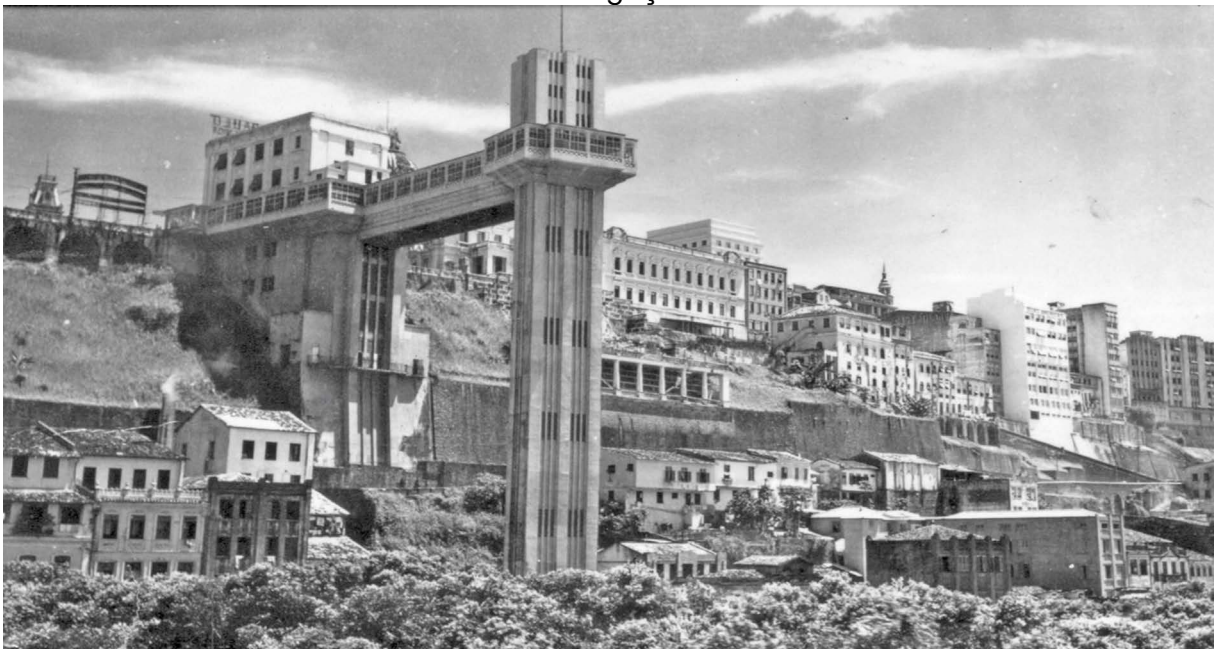
A Oeste, a ocupação humana era limitada pela Baía de Todos os Santos, articulando o escoamento dos produtos do Recôncavo e a entrada de gêneros europeus importados, ao passo que o vale do Rio das Tripas (onde hoje se encontra a atual Av. José Joaquim Seabra, conhecida como Baixa dos Sapateiros), demarcava o limite Leste da cidade.

O centro de Salvador estruturou-se, então, desde a sua fundação, em duas centralidades com atividades específicas enquanto reflexo da ação humana sobre as características do sítio físico onde a cidade foi implantada. Porém, durante os anos e séculos subsequentes, expandiu-se para além dos seus limites Norte (onde hoje se encontra a localidade do Santo Antônio Além do Carmo) e Sul (no local onde atualmente se situa a Praça Castro Alves).

A esse modelo de organização, associaram-se funções urbanas, usos do solo e atividades econômicas, praças e largos configurando mirantes voltados para a Baía de Todos os Santos, caminhos ao longo da cumeada no sentido Norte-Sul, ladeiras e construções estabelecendo ligações mecânicas verticais, como os planos inclinados Gonçalves e Pilar e os elevadores do Taboão e Lacerda (Figura 4).

8

Figura 4 - Panorama de Salvador, década de 1950, com destaque para o Elevador Lacerda estabelecendo a ligação entre as cidades Alta e Baixa.



Fonte: IBGE, 2023. ID: 12396. Título: Elevador Lacerda em Salvador (BA).

Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco retratando a encosta de Salvador, com o Elevador Lacerda centralizado em primeiro plano, edificações e a vegetação da Praça Visconde de Cairu.

A paisagem urbana constituída pela interação entre esses elementos naturais e construídos e as dinâmicas sociais nela incidentes foi examinada pelo geógrafo Milton Santos em sua tese intitulada “O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana”, originalmente defendida em 1958.

A tese de Santos, publicada em português em 1959 e obra já clássica para os estudos acerca da cidade, é especialmente relevante para a interpretação da paisagem do centro, não só por tomá-la em suas dimensões espacial e histórica, mas também por considerá-la a partir da interrelação entre suas formas físicas e seu conteúdo social. Contém um registro significativo do período em que o centro era ainda, em suas palavras, o “centro histórico, religioso, administrativo, turístico e de negócios” (Santos, 1959, p. 101), antes do esvaziamento por que passou a partir dos anos 1970, com a dispersão das funções centrais, impulsionada pela construção do Shopping Iguatemi, do novo terminal rodoviário e pela abertura de um novo vetor de crescimento e ocupação urbana, a Av. Luís Viana Filho (conhecida como Av. Paralela).

9

O autor desenvolve, então, um estudo multifacetado no qual classifica e analisa as funções urbanas que desempenharam os bairros centrais, desde a implantação de Salvador até os anos finais de 1950, assim como os tipos de construções ou espaços livres constituídos ao longo desse processo histórico, aos quais Santos (1959) se refere como “espaços vazios”. Neste sentido, os elementos que compunham a ocupação espacial do centro refletiam o exercício das atividades que o estruturaram ao longo do tempo.

Milton Santos (1959) identifica que as funções da cidade, no momento da sua análise, se dividiam em: funções antigas intensificadas, que datam da fundação de Salvador (administrativa, portuária, comercial e religiosa), e funções mais recentes, mas que resultaram diretamente ou dependiam das antigas (bancária e industrial, estreitamente ligadas à atividade comercial). Também destaca que a função portuária, a partir da qual as demais se estruturaram, manteve-se como preponderante.

Ao comparar as diferentes fases da evolução da Cidade Baixa e da Cidade Alta, o autor permite visualizar o processo histórico de formação da paisagem urbana à medida que as dinâmicas incidentes na zona central se transformavam, refletindo-se, por exemplo, nos tipos edificados identificados: as casas velhas degradadas

(casarões); as casas de meia-idade; os arranha-céus; os armazéns, depósitos e trapiches; as igrejas dos séculos XVII e XVIII; e as igrejas e os monumentos construídos para substituir os templos que desapareceram para a realização de obras de modernização viária (Figura 5).

Figura 5 - Vista da Cidade Baixa de Salvador, 1952, com seus distintos tipos edificadas, fotografia de Stivan Faludi e Lindalvo Bezerra dos Santos.



Fonte: IBGE, 2023. ID: 11850. Título: Vista da cidade baixa em Salvador (BA). Autores da foto: Stivan Faludi e Lindalvo Bezerra dos Santos, 1952.

Descrição da imagem: Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco retratando uma vista panorâmica da Cidade Baixa, com seus diferentes tipos de edificações em primeiro plano e o mar da Baía de Todos os Santos ao fundo.

Os arranha-céus apareceram em 1950, seguindo o crescimento econômico vivido pela capital baiana. Na Cidade Baixa, eram ocupados principalmente pela atividade bancária (e serviços relacionados), maior impulsionadora da transformação da paisagem na área inferior da encosta. Os arranha-céus eram financiados pelos bancos internacionais com maior volume de capital e atividades, porém coexistindo com bancos de médio e pequeno porte que ocupavam imóveis modernos, de meia-idade e velhos casarões. Na Cidade Alta, a eclosão de arranha-céus se

deu por um processo mais lento, devido ao fato de as atividades presentes não possuírem tantos recursos quanto às atividades na Cidade Baixa. Eram atividades de administração pública e comércio de luxo, concentradas na Rua Chile, próximas à Praça Castro Alves, enquanto o comércio de retalho pobre se desenvolvia na Baixa dos Sapateiros.

Os armazéns e trapiches, ligados às atividades de importação e exportação do porto, também faziam parte da Cidade Baixa no período. Correspondiam a construções de gabarito baixo e “de um só corpo”, que se distribuíam próximos ao cais do porto, no caso daqueles de caráter público, e ao longo da Avenida Jequitaia, entre o porto e a estação de trem, no caso das construções de uso particular.

Presentes em ambos os níveis da escarpa, as casas de meia-idade foram provenientes de um momento anterior ao da expansão comercial da cidade. Surgiram como os primeiros edifícios construídos sobre os aterros do porto e a partir das demolições realizadas a fim de alargar as vias de transporte. Porém, o fato de suas instalações serem adaptáveis às novas funções contribuiu para a continuidade de sua existência.

Os antigos casarões que ainda existiam passavam por um processo intenso de degradação. O abandono desses edifícios e sua deterioração se justificavam, segundo Milton Santos (1959), a partir da desocupação das casas do centro pelas famílias mais abastadas que podiam construir residências que atendessem à nova organização familiar, devido ainda às novas possibilidades de locomoção. A partir de então, os velhos sobrados passavam por um processo de subdivisão para abrigar mais de uma família ou grupos de pessoas, transformando-se em cortiços. Como o valor do aluguel dos cortiços era baixo e voltado para famílias e pessoas com menor poder aquisitivo, os proprietários dos imóveis não julgavam vantajoso realizar qualquer tipo de manutenção, acelerando sua degradação.

Além dos espaços construídos, elementos importantes na configuração e dinâmica da paisagem do centro nesse período eram os espaços livres. Milton Santos (1959) os definia como as lacunas entre os espaços construídos, incluindo ruas; praças; superfícies não edificadas como os terrenos vazios; a própria escarpa ou escarpamento de falha; os terrenos decorrentes de demolições, em razão da necessidade de se adaptar o desenho de vias e alargá-las, ou por evolução natural do papel do edifício; os jardins de mosteiros e as roças dos conventos.

Estas ocupavam grandes lotes pertencentes às ordens religiosas, que, além de acomodarem as construções dos conventos, mosteiros e igrejas, eram plantadas dos mais diversos tipos de árvores frutíferas. Os maiores resíduos de espaços livres vegetados na Cidade Alta e Baixa ainda hoje se limitam à escarpa com sua cobertura vegetal, embora já reduzida, além das antigas roças conventuais, também bastante fragmentadas, e da arborização de algumas praças e largos.

Ao explicar a heterogeneidade do centro e abordar as principais características da sua paisagem, Milton Santos (1959) não deixa de mencionar os fluxos relacionados à vida lá existente no que tange às questões de circulação e transporte público e à evolução demográfica nas suas distintas localidades. Também menciona a coexistência de diferentes concepções de arquitetura e fases de urbanização, subdividindo a formação dos bairros centrais em três períodos.

O primeiro período corresponde ao século XVI, a partir da chegada do governador-geral Tomé de Souza. A cidade foi fundada em um terreno difícil, escolha que priorizou atender às suas funções administrativa e militar: perto do mar, para facilitar seu contato com a metrópole, e sobre a escarpa, para facilitar sua defesa contra os ataques inimigos. No segundo período, a partir do século XVII, a cidade se expandia sem um plano de conjunto, no qual o crescimento resultava do sítio ou da existência de grandes superfícies. O terceiro período se iniciou em 1940, coincidindo com a introdução de transportes modernos. As principais características foram o alargamento de certas ruas e a abertura de praças nos pontos mais intensos de circulação. Sobre os novos aterros da área portuária e expansão da área da Cidade Baixa - outro aspecto destacável - foram incorporadas largas avenidas, grandes praças e imóveis modernos.

Milton Santos (1959) explica que, embora esses três períodos tenham se sucedido no tempo, nenhum eliminava os efeitos do período anterior. Assim, a paisagem urbana histórica de Salvador até meados do século XX era formada por elementos que pertenciam simultaneamente às três fases, e tal fato explica a sua heterogeneidade e a coexistência de espaços produzidos em distintas épocas, caso das praças e jardins públicos. É neste sentido que o autor aborda o centro como um “organismo proteiforme” que reflete a luta de tendências entre as “forças de inércia” e as “forças de transformação”, manifestando-se no desenho e nos usos da cidade (Santos, 1959).

Ao considerar estes fundamentos conceituais e empíricos na análise das praças e jardins do centro de Salvador, é possível compreender seu papel na formação urbana e nas dinâmicas sociais e, assim, sua importância na constituição da paisagem dos bairros centrais, como visto no caso da Praça Castro Alves, examinada a seguir.

A Praça Castro Alves

Salvador, durante a colônia, era cercada por muros que inicialmente possuíam duas portas: a Porta de Santa Catarina, a Norte, e a Porta de Santa Luzia, a Sul. Para além destes limites originais construíram-se os conventos dos Carmelitas (1585), a Norte, dos Beneditinos (1584), a Sul, e dos Franciscanos (1587), a Leste. A Porta de Santa Luzia localizava-se onde hoje se encontra a Praça Castro Alves, que, antes de homenagear em sua nomenclatura o grande escritor baiano, já foi Largo da Quitanda, Largo do Teatro e Praça de São Bento (Dorea, 2006), terminologias representativas das mudanças culturais e sociais, assim como dos principais usos do espaço e das edificações do seu entorno ao longo do tempo.

13

O sítio da Praça Castro Alves se originou do aterro de um grande charco que cercava o núcleo primitivo da cidade. A Porta de Santa Luzia marcava seu acesso Sul, e fazia parte da muralha de defesa. Havia ali, no século XVII, uma estrutura militar que, segundo documentos, teria sido derrubada por volta de 1765 (Hernández, 2014).

Em meados do século XIX a cidade de Salvador foi administrativamente dividida em dez freguesias urbanas, entre as quais se incluía a Freguesia de São Pedro Velho, onde se localizava a praça. Num dos quarteirões da freguesia encontravam-se quitandeiras, fazendo supor a existência de um mercado de abastecimento, daí resultando a denominação de Largo da Quitanda, uma vez que gêneros alimentícios vendidos nas ruas eram provenientes de quitandas (Nascimento, 2007).

Ainda segundo Nascimento (2007, p. 138), a freguesia de São Pedro Velho, considerando as “categorias sociais diversas [...] disseminadas por toda a Salvador” era a que reunia o maior número de profissionais liberais, a exemplo de médicos e advogados, empregados públicos, desembargadores e senhores de engenho, nas suas residências provisórias durante sua estadia na cidade. À época, a freguesia abrigava a elite intelectual e social soteropolitana, o que pode ser constatado pela construção de um teatro naquela localidade a partir de 1806.

O Teatro São João foi a primeira grande casa de espetáculos e de Óperas do Brasil, inaugurada em 13 de maio de 1812, dia do aniversário do príncipe regente D. João. Foi construído no limite da escarpa, com vista panorâmica para a Baía de Todos os Santos, e exerceu importância histórica e cultural, tendo sido palco principal da representação dos valores estéticos e políticos da elite baiana durante todo o século XIX (Figura 6). Foi agente de mudanças na sociedade daquele período decisivo na luta abolicionista e na consolidação do Brasil como nação independente. O teatro funcionou até 6 de junho de 1923, quando um incêndio o destruiu. Porém, o logradouro permaneceu sendo referido popularmente como Largo do Teatro por muitos anos (Dorea, 2006). Posteriormente, em 1935, o prédio foi derrubado para a construção do Palácio dos Esportes, em estilo art déco, exemplo de uma daquelas casas de meia-idade a que se referia Milton Santos (1959).

Figura 6 - Local da futura Praça Castro Alves, então Largo do Teatro, cerca de 1820-1830, emoldurada pela Baía de Todos os Santos.



Fonte: Guia Geográfico Salvador Antiga, 2023. Litografia de San Salvador (Bahia) por Thomas Abiel Prior (1839) baseado no desenho do artista inglês Augustus Earle. Título: San Salvador, Bahia.

Descrição da imagem: Gravura em preto e branco mostrando, da esquerda para a direita, o mar da Baía de Todos os Santos e o Largo do Teatro com o teatro ao fundo.

Ao longo do tempo, o largo e seu entorno foram sendo modificados em decorrência de alguns melhoramentos, como: a instalação do chafariz da Cabocla, em mármore carrara, pela Companhia de Águas do Queimado, em 1825 (integrando o sistema de abastecimento de água da cidade); a construção de uma muralha de alvenaria para a proteção da encosta da praça, em 1846 (formando um platô de onde se contempla a Baía de Todos os Santos); a instalação do chafariz com

a estátua em homenagem a Cristóvão Colombo e os primeiros bondes puxados por animais, em 1858; a construção de um pavilhão nas adjacências da Ladeira da Barroquinha (onde hoje se encontra o Cine Glauber Rocha) para a vinda de D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina a Salvador, em 1859.

Figura 7 - Largo do Teatro, cerca de 1850, com o chafariz e ainda sem arborização, Gravura de Henry Melville com base em desenho de Samuel Charles Brees.



Fonte: Album-Lembrança da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Bahiana, 1951.

Descrição da imagem: Gravura em preto e branco mostrando prédios à esquerda e à direita, emoldurando o Largo do Teatro, visto ao centro da imagem. Ao fundo, vê-se ao mar da Baía de Todos os Santos.

Até a primeira metade do século XIX, a praça não possuía nenhum tratamento com vegetação e mobiliário, exceto o chafariz, a julgar pelas imagens da época, a exemplo de uma gravura de cerca de 1850 publicada no “Album-Lembrança da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Bahiana” (1951) (Figura 7). Entre 1875 e 1880 ocorreram “as primeiras campanhas de arborização urbana” de Salvador, quando o Largo do Teatro foi “um dos primeiros locais da cidade a ter plantios de mudas” (Hernández, 2014, s/p). A arborização da praça no século XIX está retratada em fotos reunidas no álbum de Gilberto Ferrez (1988) e em cartões postais que circularam no início do século XX (Figuras 8 e 9).

Figura 8 - Praça Castro Alves, em um cartão postal do início do século XX, com destaque para sua arborização, o Teatro São João e um bonde puxado por burros.



Fonte: Guia Geográfica Salvador Antiga, 2023. Fotografia publicada em postal J. Mello, circulado em janeiro de 1904.

Descrição da imagem: Cartão postal em preto e branco mostrando a Praça Castro Alves e o Teatro São João. Veem-se árvores à esquerda e à direita da imagem, além de pessoas e um bonde puxado por tração animal ao centro.

Figura 9 - Croqui da planta baixa da Praça Castro Alves na década de 1880.



Fonte: Croqui elaborado por Gabrielly de Almeida Ribeiro Bacelar.

Descrição da imagem: Desenho em tons de cinza representando edificações, ruas e calçadas, com manchas verdes representando a arborização e canteiros da praça.

Conforme a evolução das dinâmicas urbanas, os elementos que compunham a paisagem da praça e seu entorno continuaram a se modificar. Em 1885, inaugurou-se a Rua Barão Homem de Melo, uma das principais conexões viárias entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta encravada no frontispício, também conhecida como Ladeira da Montanha. Entre 1892 e 1895, foram construídos os casarões onde passaram a funcionar o Hotel Paris e o Hotel Sul-Americano. No início do século XX, além do espaço arborizado da praça, já identificada pela denominação de Castro Alves (mantida até os dias atuais), existia uma área ajardinada paralela à Ladeira da Barroquinha. Não foi identificado um nome específico para esse segundo trecho da praça, mas apenas uma menção como “Largo Castro Alves” na Planta da Cidade de Salvador de 1894, organizada por Adolfo Morales de los Rios, com referência às duas partes do logradouro.

Entende-se, portanto, que a praça era constituída de dois trechos, ao menos em algum momento da história: o platô voltado para a baía (onde estavam situados o teatro e os chafarizes), trecho até hoje identificado como Praça Castro Alves pela população, e o jardim ao lado da Barroquinha (do início do século XX), separados pela Rua Chile, onde se concentrava o comércio fino da Cidade Alta. Esta via foi por muito tempo utilizada como caminho para os bondes, movidos por tração animal até cerca de 1897, quando surgiram os primeiros bondes elétricos. Os bondes que passavam pela lateral esquerda do Teatro São João circulavam entre a Praça Castro Alves (Largo do Teatro) e a Praça Municipal (Praça do Palácio), a praça fundacional de Salvador.

Durante a gestão do então intendente de Salvador Antônio Carneiro da Rocha (1908–1912) ocorreram intervenções paisagísticas na Praça Castro Alves, com o ajardinamento e introdução de equipamentos como luminárias e quiosques (Figura 10). Uma matéria de época relatando as ações da Municipalidade destacava que o intendente “construiu os jardins da praça Castro Alves, alargando o do lado da Barroquinha” (Revista do Brasil, 1910, s/p).

Figura 10 - Croqui da planta baixa da Praça Castro Alves na década de 1910.



Fonte: Croqui elaborado por Gabrielly de Almeida Ribeiro Bacelar.

Desenho em tons de cinza representando edificações, ruas e calçadas, com manchas verdes representando a vegetação remanescente da praça.

18

Segundo Hernández (2014), em 1916, todo o espaço da praça foi objeto de grande reforma e qualificação, com ajardinamento e construção de pequenos pavilhões externos e balaustradas substituindo o antigo gradil que fechava a praça sobre a Ladeira da Barroquinha, onde hoje encontra-se o estacionamento do Cine Glauber Rocha. Datam dessa época a balaustrada e o obelisco em pedra que lhe arremata, conforme inscrição de 7 de setembro de 1916.

Em 1919, foi construído o prédio eclético do Kursaal Baiano, projetado pelo arquiteto Filinto Santoro, transformado no ano seguinte em Cine-Teatro Guarany. A construção de cinemas, teatros e posteriormente alguns edifícios da imprensa nos arredores da praça reforça que o espaço público da Praça Castro Alves esteve historicamente vinculado à vida cultural, social e intelectual da cidade.

O Largo do Teatro tornou-se Praça Castro Alves em 1881, batizada dez anos depois da morte do escritor em 1871 (Dorea, 2006). Durante a década de 1920, a praça parece ter passado por intervenções que suprimiram parte da vegetação ainda existente (Figura 11). O emblemático monumento a Castro Alves foi inaugurado em 6 de julho de 1923 (Figura 12), época em que o Teatro São João já se encontrava em ruínas devido ao incêndio que o havia afetado.

Figura 11 – Croqui da planta baixa da Praça Castro Alves na década de 1920.



Fonte: Croqui elaborado por Gabrielly de Almeida Ribeiro Bacelar.

Descrição da imagem: Desenho em tons de cinza representando edificações, ruas e calçadas, com manchas verdes representando a vegetação remanescente da praça.

Figura 12 – Monumento a Castro Alves.



Fonte: Fonte: IBGE, 2023. ID: 32288. Título: Monumento a Castro Alves: Salvador, (BA).

Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco mostrando a estátua de corpo inteiro de Castro Alves, apoiada em pedestal retangular e escadaria. O monumento é ladeado por postes de luz e localiza-se ao centro da praça.

A estátua do escritor foi colocada no local do monumento a Colombo. Esculpido em bronze pelo artista italiano Pasquale de Chirico e com 11 m de altura, o monumento representa Castro Alves em atitude declamatória. A estátua do poeta tem cerca de 2,90 m de altura, encontra-se assentada sobre pedestal de granito em blocos lapidados nas arestas. De um lado da coluna, há um grupo escultórico em bronze representando um anjo em posição de voo e um casal de escravos que simboliza a luta pela abolição da escravidão. Em sua base repousam os restos mortais do poeta que para ali foram transferidos em 1971. Nessa mesma época, foi construído um canteiro com diferentes espécies de pequeno porte circundando o monumento a Castro Alves e posteriormente foi instalado um gradil para sua proteção, criando um obstáculo visual.

Ao longo dos anos, a Praça Castro Alves passou por algumas mudanças e reparos, como a construção de um abrigo para passageiros de bonde com lanchonetes, em 1940, sinal das dinâmicas de circulação descritas por Milton Santos (1959), pequenas intervenções para a visita da Rainha Elizabeth II, a pintura de meios-fios e recapeamento do asfalto, em 1968, além da sua utilização como estacionamento (Figuras 13 e 14).

20

Figura 13 - Praça Castro Alves em 1940, com destaque para o Palácio dos Esportes, o Palace Hotel e o Hotel Meridional ao fundo.



Fonte: Guia Geográfico Salvador Antiga, 2023. Título: Praça Castro Alves no final dos anos '40.

Descrição da imagem: Fotografia em preto e branco mostrando, da esquerda para a direita, o monumento a Castro Alves em primeiro plano, e, em segundo plano, o Palácio dos Esportes, o Palace Hotel e o Hotel Meridiano. Veem-se, ainda, a arborização remanescente ao fundo e carros estacionados na praça.

Figura 14 - Croqui da planta baixa da Praça Castro Alves em 1955.



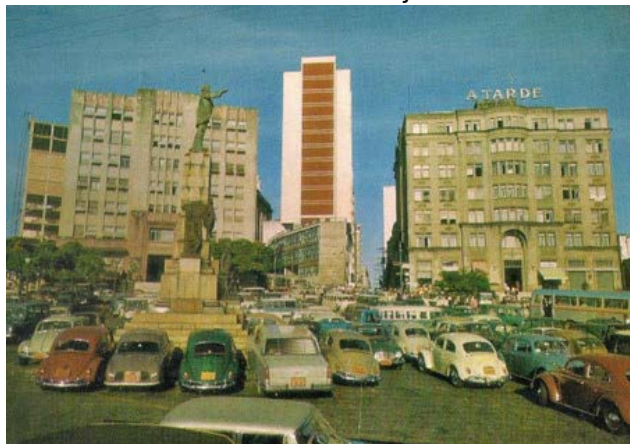
Fonte: Croqui elaborado por Gabrielly de Almeida Ribeiro Bacelar.

Descrição da imagem: Desenho em tons de cinza representando edificações, ruas e calçadas, com manchas verdes representando a vegetação remanescente da praça.

21

Nas décadas subsequentes, seu uso e configuração ainda permaneceram bastante vinculados ao deslocamento por automóvel, pois, abarrotada de veículos, reproduzia uma cena comum a outras praças da cidade, como a Municipal, a Cairu e a Riachuelo, questão que, ainda hoje, permanece como um desafio à conservação dos espaços públicos e do centro histórico (Figuras 15 e 16).

Figura 15 - Praça Castro Alves em 1970, com destaque para o Palácio dos Esportes, o Edifício Bráulio Xavier e o jornal A Tarde, ao fundo.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pequena-/11754257246>.

Descrição da imagem: Cartão postal colorido mostrando a Praça Castro Alves e, em primeiro plano, uma série de carros estacionados ao redor do monumento a Castro Alves. Ao fundo, da esquerda para a direita, o Palácio dos Esportes, o Edifício Bráulio Xavier e o jornal A Tarde.

Figura 16 – Croqui da planta baixa da Praça Castro Alves na década de 1980.



Fonte: Croqui elaborado por Gabrielly de Almeida Ribeiro Bacelar.

Descrição da imagem: Desenho em tons de cinza representando edificações, ruas e calçadas, com manchas verdes representando a vegetação remanescente da praça.

22

Atualmente, a praça é delimitada por edifícios de uso comercial ou de serviço ou misto, prevalecendo edificações de até sete pavimentos. No seu conjunto edificado, destacam-se como marcos arquitetônicos o Palácio dos Esportes; a sede do Jornal A Tarde (atual Hotel Fasano); o Edifício Sulacap; o Hotel Meridional (atual Hotel Fera Palace); e a Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha (atual Espaço Cultural da Barroquinha) – representativos de alguns dos tipos edilícios comentados por Milton Santos (1959).

Com cerca de 3.500 m², forma irregular e localizada a 50 m acima do nível do mar, a praça foi recentemente reformada e reinaugurada, mantendo-se a sua configuração geral, a balaustrada, o obelisco e o monumento a Castro Alves. Foram introduzidos novos balizadores para impedir a entrada de carros no espaço, lixeiras e pavimentação em pedra portuguesa (Figuras 17 e 18). A praça ainda é objeto de reforma no seu trecho junto ao Palácio dos Esportes por conta de achados arqueológicos das antigas estruturas do teatro (Figuras 19 e 20).

O logradouro faz parte do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador, tombado pelo Iphan em 1984, e é uma área de proteção Rigorosa (APR) da Lei Municipal nº 3.289, de 1983, elaborada como uma

das exigências da Unesco para a inscrição do conjunto na Lista do Patrimônio Mundial.

Figura 17 – Praça Castro Alves em 2022.



Fonte: Fotografia de Aline de Figueirôa Silva.

Descrição da imagem: Fotografia colorida da Praça Castro Alves mostrando, em primeiro plano, sua pavimentação em pedra portuguesa com pigmentação branca e vermelha e, em segundo plano, três árvores próximas à balastrada. Ao fundo, o mar da Baía de Todos os Santos.

Figura 18 – Praça Castro Alves em 2022.



Fonte: Fotografia de Aline de Figueirôa Silva.

Descrição da imagem: Fotografia colorida da Praça Castro Alves mostrando o monumento ladeado por duas palmeiras. Ao fundo, o mar da Baía de Todos os Santos.

Figuras 19 e 20 - Praça Castro Alves em 2022.



Fonte: Fotografias de Aline de Figueirôa Silva.

Descrição da imagem: Fotografias coloridas da Praça Castro Alves mostrando, em primeiro plano, os vestígios arqueológicos do Teatro São João, com destaque para sua escadaria. Ao fundo, o mar da Baía de Todos os Santos.

24

A praça é frequentada por alguns trabalhadores e visitantes locais e de outras partes do Brasil e do exterior que se hospedam nos hotéis do entorno, construídos como parte do modelo de exploração turística do Centro Histórico de Salvador. De modo geral, seu espaço é apropriado por turistas e taxistas que permanecem na balaustrada sob a sombra projetada pelas poucas árvores durante a espera por corridas, além de pessoas em situação de rua. A praça também é palco de manifestações políticas, passagem do Cortejo do 2 de Julho (festa da Independência da Bahia) e, durante o Carnaval de Salvador, integra o circuito Campo Grande.

Considerando os processos documentados, observa-se, por um lado, que a Praça Castro Alves passou por transformações históricas, físicas e toponímicas – com a remoção, introdução e substituição de alguns elementos e mudanças na sua terminologia – mas, por outro lado, não perdeu alguns dos seus atributos principais – como o monumento a Castro Alves, sua condição de mirante e sua importância no cenário cultural local, em razão dos atuais Cine Glauber Rocha e Centro Cultural Barroquinha –, apesar da deterioração do acervo patrimonial da zona central da cidade e da exploração turística e imobiliária do Centro Histórico vista na conversão de antigos edifícios em hotéis de alto padrão, se bem que seu entorno – até alcançar o Mosteiro de São Bento – era marcado pela presença de edificações hoteleiras.

Neste sentido, a praça é, em síntese, um reflexo das lutas entre as forças de inércia e de transformação referidas por Milton Santos (1959), as quais marcaram e marcam, historicamente, a conformação da paisagem do centro de Salvador, a ocupação e a utilização da zona central da cidade.

Conclusão

O estudo apresentado sobre a Praça Castro Alves foi sistematizado e detalhado na ficha de inventário elaborada, tornando mais objetiva a consulta à sua descrição histórica, atributos arquitetônicos e paisagísticos, dados geográficos, informações atuais, condições de uso e conservação e situação legal, referentes ao seu espaço e/ou ao seu entorno, tal como realizado para os demais logradouros que compuseram a amostra da pesquisa.

O trabalho propiciou a sistematização do conhecimento produzido em sucessivos planos de trabalho e alimentou atividades de orientação, articulando pesquisas de graduação e pós-graduação interessadas na história da paisagem e do paisagismo em Salvador e na preservação do seu patrimônio urbano. A partir da realização de novos planos de trabalho, a ficha de inventário elaborada está sendo aplicada a outras praças e jardins localizados no centro da cidade, alargando a amostra inicial do projeto.

Trata-se, contudo, de um inventário preliminar, com ênfase na descrição histórica dos espaços documentados, considerando a escassez de informações, publicações e estudos sistemáticos sobre os espaços públicos ajardinados mais antigos do centro de Salvador, portanto fundamentando-se no levantamento e no tratamento de fontes primárias.

O processo de documentação das praças e jardins históricos visando à sua identificação e proteção deve, então, avançar em relação a aspectos e elementos fundamentais como sua vegetação e seus bens integrados, além dos valores imateriais associados a práticas tradicionais, eventos cívicos ou religiosos. É fundamental realizar seu inventário florístico, considerando os estratos vegetais e espécies utilizadas, antigas e atuais, a análise estilística e iconográfica de seus elementos artísticos, como fontes, esculturas e monumentos, bem como levantar os usos, festas e expressões culturais relevantes relacionados a esses espaços.

As fichas de inventário produzidas são instrumentos que auxiliam a identificação e o registro dos bens estudados, promovendo sua valorização e sinalizando a importância de protegê-los enquanto patrimônio cultural e paisagístico, seja pela presença de elementos remanescentes, por sua massa vegetal, relevância para a formação histórica de Salvador ou dos bairros onde se localizam, bem como a presença das construções adjacentes e provimento de áreas de lazer para a população.

REFERÊNCIAS

ALBUM-LEMBRANÇA da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Bahiana, 1951.

ATLAS Parcial da Cidade do Salvador. Estado da Bahia, Prefeitura Municipal do Salvador, D.T.C.M. – Diretoria de Tributação da Cidade do Salvador. Esc. 1:1000, 1955.

ANDRADE, Inês El-Jaick. 2009. 284f. **Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano:** o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23032010-100442/pt-br.php>>. Acesso em: 08 maio 2022.

ARAÚJO, Solange Souza. 2006. 331f. **Tipomorfologia das praças e largos de Salvador:** intervenções no centro antigo (1980-2005). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12076>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BARBOSA, Magda. **As Praças da Cidade do Porto.** Porto: Edita-me, 2011.

BERJMAN, Sonia. **La plaza española en Buenos Aires 1580/1880.** Buenos Aires: Kliczkowski. Editores, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CABRERA, Antonio Tejedor. El inventario de jardines de interés patrimonial en Andalucía: Modelos y propuesta de una base de datos. **PH, Especial Monográfico:** Multiculturalidad. Jardines históricos, Andalucía, n. 27, p.166-177, jun. 1999. Disponível em: <<https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/issue/view/27>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em Jardins Históricos**: manual. Brasília: Iphan, 2005.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: EDUFBA, 2006.

FERREZ, Gilberto. **Bahia**: Velhas Fotografias, 1858-1900. Rio de Janeiro: Kosmos Ed., Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988.

HERNÁNDEZ, Alejandra Muñoz. 2014. 175f. **Os espaços públicos do Centro de Salvador**: origens, processos e transformações até 1935. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

IPHAN. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros**. Juiz de Fora: Iphan, 2010.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. 2015. 436f. **O desenho na história no traço da paisagem**: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/12580757/TESE_O_Desenho_da_Hist%C3%B3ria_no_Tra%C3%A7o_da_Paisagem_patrim%C3%B4nio_paisag%C3%ADstico_e_jardins_hist%C3%B3ricos_no_Brasil_mem%C3%B3ria_invent%C3%A1rio_e_salvaguarda>. Acesso em: 9 maio 2022.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

REVISTA do Brasil. **Altos e Baixos** – Administração Municipal. Bahia, 15 maio 1910, s/p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=390062&pesq=Antonio%20Carneiro%20da%20Rocha&pasta=ano%20191&pagfis=2721>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

RECIFE. Decreto nº 29.537 de 23 de março de 2016. **Dispõe sobre a classificação como Jardins Históricos de Burle Marx dos espaços públicos vegetados do Recife que especifica, integrando-os ao Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife – SMUP Recife**, instituído pela Lei Municipal nº 18.014, de 09 de maio de 2014. Disponível em: <<https://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Decreto%20n%C2%BA%2029.53>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques (Org). **Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife (jardins públicos)**. Recife: Editora UFPE, v.1, 2017. Disponível em: <<https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/164>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SALVADOR. Lei nº 9.278, de 20 de setembro de 2017. **Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da**

Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2019/02/Lei_9278_2017.pdf. Acesso em: <24 dez. 2021>.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador:** Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Jardins públicos de Salvador:** um estudo sobre os jardins históricos de interesse patrimonial – Relatório final do Projeto 437001/2018-0, Edital Universal CNPq. Salvador, 2022. 123p. (Não publicado).

NOTAS

Agradecimentos

Este artigo decorre do projeto de pesquisa “Jardins públicos de Salvador: um estudo sobre os jardins históricos de interesse patrimonial”, apoiado pelo Edital Universal do CNPq (2018) e desenvolvido entre 2019 e 2022, contando com bolsas de Iniciação Científica do PIBIC (CNPq, FAPESB, UFBA) e de Iniciação à Pesquisa do Programa Permanecer (UFBA).

28

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 01/12/2023

APROVADO EM: 03/12/2023

PUBLICADO EM: 19/12/2023